

Reforma da Previdência: Primeiros Desafios

Leandro Rothmuller

Economista-Chefe

leandrorothmuller@bocombbm.com.br

Fernando Teixeira

Economista

fernandoteixeira@bocombbm.com.br

Uma sequência de eventos desencadeou uma momentânea turbulência política em Brasília. O clima belicoso se iniciou com a resistência por parte do presidente Bolsonaro de abrir negociações com o Congresso Nacional para construir uma base de apoio para a reforma da previdência. Uma trégua foi declarada em prol do andamento da reforma, não sem antes criar um certo mau humor nos mercados.

A atitude de Bolsonaro se explica pela chamada “nova política” que preconiza independência total dos poderes. O presidente acredita que a parte que lhe cabia foi feita, entregar uma proposta de reforma da previdência robusta e abrangente aos parlamentares. Os críticos, por outro lado, sugerem que a “nova política” seja não uma forma nova de fazer política, mas a negação desta. O Congresso exige negociação e participação ativa de Bolsonaro ao longo de todo o processo de tramitação da reforma. Mais do que isso, o Congresso quer dividir o poder com o Executivo.

Os atritos começaram com a apresentação do projeto de lei (PL) referente à previdência dos militares, cuja economia líquida aos cofres públicos é substancialmente menor do que o que havia sido ventilado. As informações iniciais sobre o PL contabilizavam perto de R\$90 bilhões, bem mais que os R\$10 bilhões em dez anos de economia líquida que foi apresentado. A maior parte da economia com previdência se converte em gastos extras com a reestruturação da carreira, demanda antiga da classe, mas que terminou por frustrar os mercados ao abrir a porta para reivindicações de grupos afetados pela reforma previdência.

A turbulência aumentou com a prisão temporária do ex-presidente Temer, que levou seu sucessor a reafirmar novamente a “nova política”, gerando atritos com o presidente da Câmara dos Deputados. Com o ambiente conturbado, a CCJ acabou atrasando por alguns dias a nomeação do relator da PEC, levando o ministro da Economia a cancelar sua visita à comissão.

O ápice da tensão ocorreu quando os líderes de 14 partidos representando quase 300 deputados anunciaram em carta que retirariam da reforma da previdência as mudanças relacionadas ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e aposentadoria rural. Na sequência, a Câmara aprovou, em votação relâmpago e com 453 votos favoráveis, a PEC do Orçamento Impositivo, que engessa ainda mais o orçamento.

A exclusão das mudanças relacionadas ao BPC e aposentadoria rural eram esperadas e não impactam significativamente a economia aos cofres públicos conseguida pela reforma da previdência. Adicionalmente, a PEC do orçamento impositivo não tem efeito imediato. Entretanto, o Congresso deu seu recado: o Executivo precisa melhorar sua articulação política.

Uma trégua parece ter sido declarada e a CCJ finalmente nomeou um relator para a reforma da previdência e recebeu a visita do ministro da Economia. Adicionalmente, Bolsonaro iniciou conversas com as lideranças dos principais partidos do Congresso. Entretanto, ficou claro que a reforma da previdência percorrerá um longo e tortuoso caminho que exigirá uma melhor articulação por parte do planalto. Alguma reforma há de ser aprovada, mas o momento da aprovação e seu resultado final ficaram mais incertos.

Na seara internacional, os números confirmaram uma desaceleração na Europa, contrabalanceados por números positivos na margem de China e EUA, surpreendendo positivamente os mercados. Estes podem ser sinais de que a desaceleração global esperada ocorrerá em ritmo mais gradual do que o antevisto. Adicionalmente, as condições financeiras globais permanecem mais favoráveis para os países emergentes.

No campo doméstico, o crescimento continua decepcionando, o que levou a uma revisão para baixo em nossas projeções de PIB em 2019 para 1.8%. O cenário inflacionário permanece confortável e a taxa de juros continuará estável ao longo de todo o ano, mas enquanto não houver clareza quanto ao andamento da reforma da previdência dificilmente veremos uma retomada mais forte do crescimento.

PROJEÇÕES ECONÔMICAS	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019P	2020P
Crescimento do PIB (%)	3,0%	0,5%	-3,5%	-3,3%	1,1%	1,1%	1,8%	3,0%
Inflação (%)	5,9%	6,4%	10,7%	6,3%	2,9%	3,7%	3,9%	3,7%
Taxa Selic (%)	10,00%	11,75%	14,25%	13,75%	7,00%	6,50%	6,50%	6,50%
Taxa de Desemprego (%)	6,8%	7,1%	9,6%	12,6%	12,4%	12,2%	11,0%	10,0%
Balança Comercial (US\$ bi)	3	-4	20	48	67	58	56	44
Saldo em Conta Corrente (US\$ bi)	-75	-104	-59	-23	-10	-13	-21	-38
Saldo em Conta Corrente (% do PIB)	-3,0%	-4,3%	-3,3%	-1,3%	-0,5%	-0,8%	-1,0%	-1,7%
Resultado Primário Fiscal (% do PIB)	1,7%	-0,6%	-1,9%	-2,5%	-1,8%	-1,6%	-1,4%	-0,8%
Dívida Bruta do Governo (% do PIB)	51,7%	57,2%	66,2%	69,4%	74,0%	76,7%	77,8%	78,7%